

## **O CULTO À NORMA X O PAPEL DA ESCOLA COMO FICA O ALUNO NESSA HISTÓRIA?**

*Luana Serafim Gomes (UERJ)*  
[lu-jesusamavc@yahoo.com.br](mailto:lu-jesusamavc@yahoo.com.br)

Atualmente, muitos são os autores que discutem acerca do ensino e aprendizagem da língua portuguesa nas escolas. Dentre as várias e diversas discussões existentes, destaca-se o debate em torno da supervalorização da norma culta em detrimento à variante linguística apresentada pelo aluno. Notamos que o preconceito linguístico começa no espaço da sala de aula, o que é uma incoerência, visto que “todas as modalidades têm de ser valorizadas (falada e escrita, padrão e não-padrão), o que, em última análise significa que todas as práticas discursivas devem ter o seu valor na escola” (Neves 2003, p. 94, *apud* Sobroza).

Além do mais, como afirma Sobroza, o papel da escola é justamente esse:

(...) oferecer o “bom exercício da língua escrita e da norma-padrão”, para que todos tenham condições iguais de compreender o mundo que nos cerca, para que ninguém se sinta incapaz de compreender o que é dito ou escrito nas mais variadas situações do dia-a-dia, assim, as diferenças dialetais não servirão como meio de exclusão social. (*Idem*)

Contudo, o que geralmente ocorre nas aulas de Português é o desprezo e a invalidação da variante linguística que o aluno traz consigo, em nome da exaltação e subserviência à gramática tradicional. Esse desprezo é atacado por Bagno quando afirma que “menosprezar, rebaixar, ridicularizar a língua ou a variedade da língua empregada por um ser humano equivale a menosprezá-lo, rebaixá-lo enquanto ser humano”. (*Idem*)

Essa atitude de muitos professores só contribui para

## O ENSINO DE LÍNGUAS

aumentar as desigualdades e o aumento da insegurança do aluno dentro da sua própria língua. Embora seja um falante nativo, a normatização excessiva defendida por esses docentes conduzem o aluno a um caminho de dúvidas, desestimulação, causando ainda a falsa ideia de que são incapazes de se expressarem adequadamente em sua língua. Sabemos claramente que o ensino de gramática é necessário para o reconhecimento das estruturas gramaticais adequadas, “porém isso não significa o domínio de nomenclaturas, de regras e de exceções, mas sim a capacidade de concatenar, de combinar, de falar, de ler e de escrever com clareza e eficiência de acordo com regras interiorizadas” (Kraemer). Há um culto à forma engessada das regras gramaticais, ao invés da valorização da competência natural do aluno.

É lamentável constatar que essa forma equivocada de enxergar a língua e o ensino de gramática provoca um efeito corrosivo no processo de aprendizagem e de “aprimoramento”<sup>10</sup> da competência linguística de nossos alunos. Como exemplo das consequências catastróficas, temos a seguinte asserção de Sobroza:

Por isso, a maioria dos estudantes chega ao final do Ensino Médio sem conseguir transferir suas ideias para a folha da redação, há uma preocupação tão grande em empregar regras gramaticais, em “escrever certo”, que o pensamento não consegue concretizar-se no papel. (Sobroza)

Fatos como esse, apenas corroboram a seguinte afirmação de Teixeira, pois “são reflexos de uma prática pedagógica que tem demonstrado o despreparo de muitos docentes no que tange ao ensino da leitura e da produção de

---

<sup>10</sup>A utilização do termo “aprimoramento” pareceu-nos mais apropriada, uma vez que “desenvolvimento” (outra opção), passaria a ideia de que a competência linguística não existia anteriormente. O que seria uma inverdade, visto que o falante é dotado naturalmente da competência linguística antes mesmo do ingresso na vida escolar, não sendo, dessa forma, uma “tabula rasa”.

textos.” (Teixeira)

Esse “despreparo” apontado pelo autor, decorrente de uma visão deturpada de como deva ser o ensino da Língua Portuguesa, gera uma atitude totalmente nociva do professor diante do texto dos seus alunos. Ele não consegue ver nada além dos erros gramaticais, como se estes fossem um fator determinante para coerência do texto. Não há sequer a valorização do conhecimento de mundo apresentado pelo aluno, ou a intertextualidade realizada por este, nem sequer o posicionamento crítico do estudante é levado em consideração. Segundo Swander, “se eles tivessem um razoável conhecimento linguístico entenderiam que incoerências locais não fazem com que um texto seja perdido” (Swander, 2005, p. 23-29). Com isso, o aluno sente-se obrigado a escrever *para* a escola, ao invés de escrever *na* escola. O que são duas coisas totalmente diferentes como aponta o referido autor: “Enquanto neste [na escola] ocorre a liberdade para o exercício de uma opinião própria e autêntica, naquele [para escola] a preocupação com o interlocutor supera a intencionalidade de se externar um pensamento não-estereotipado” (*Idem*). Assim, concordamos com as duas asserções feitas por Swander de que por mais eloquente que um texto seja, só terá sua coerência garantida se ele “fizer sentido” para quem ler, e que além disso, o mais importante para a produção textual é que o aluno se assuma como autor de seu texto.

Sendo assim, notamos que essas afirmações são resultantes da consciência de que “(...) a escola deve ser encarada como o lugar da comunicação, o que implica planejar uma série de atividades que tratem a língua em seus aspectos discursivos, e não em suas peculiaridades formais” (Teixeira). Dentre essas possíveis atividades, Teixeira apresenta a utilização da sinopse (que aparece nas capas dos filmes em DVD ou VHS) na sala de aula como uma alternativa que possibilita a leitura e a produção textual. O autor ainda afirma

## O ENSINO DE LÍNGUAS

que “a sinopse e outros gêneros textuais se constituem como práticas sócio-discursivas que devem fazer parte do cotidiano escolar” (*Idem*). Vemos que alternativas como esta refletem o exercício de uma prática docente reflexiva.

Dessa forma, a atividade docente que focaliza a competência comunicativa do aluno, demonstra o abandono da visão petrificada que impera em muitos professores sobre *como* ensinar gramática, resultante da concepção de que “(...) *saber gramática* corresponde a conhecer as normas estabelecidas por especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores, para *o bem falar e escrever*, dominando-as tanto nocionalmente quanto operacionalmente” (Kraemer).

Entendemos que é necessário ver a língua não como um sistema fechado e acabado, mas sim como um *continuum* de sentidos em construção, como afirma Swander. Com base no modelo funcionalista, “que se volta para a descrição da língua em uso, isto é, a língua não como uma entidade arbitrária, conforme postulou Saussure, mas como um contínuo de sentidos em construção, cuja codificação se dá motivada por necessidades de natureza discursivo-pragmática, ou seja, por intenções comunicativas” (Swander), percebemos que “Assim sendo, é o falante que moldará a língua mediante suas necessidades de uso” (*Idem*). Ora, à luz de tais conhecimentos linguísticos, é totalmente equivocada a atitude, “daqueles que se tornam escravos da normatização” (Swander, 2005, p. 23-25), de subordinar a língua à gramática normativa “ao invés de a gramática normativa representar a língua usada na sociedade atual” (Sobroza).

Aliás, é justamente a partir da apropriação de tais conhecimentos que o docente será levado a entender que:

É necessário ter uma concepção de gramática que considere a língua como um conjunto de variedades utilizadas por uma sociedade, de acordo com o exigido pela situação de interação co-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

municativa na qual o usuário da língua esteja engajado, ao perceber a gramática como o conjunto das regras que o falante de

fato aprendeu e das quais possa

lançar mão ao falar e escrever (Kraemer).

Dessa forma, nessa concepção de gramática não há o erro linguístico, mas a inadequação da variedade linguística utilizada em uma determinada situação de interação comunicativa, por não atendimento das normas sociais de uso da língua (...) (*Idem*).

Logo, percebemos que o nosso sistema educacional tem falhado em cumprir o seu papel de estimular o aluno “a desenvolver a competência de reflexão na linguagem, a organizar, a relacionar, a interpretar e a inferir adequadamente” (*Ibidem*).

Diante do que foi exposto, acreditamos que o ensino da Língua Portuguesa em nossas escolas deva ser permeado por uma “(...) reflexão gramatical sem gramatiquice e estudo da norma padrão sem normativismo” (Kraemer).

Portanto, o ambiente escolar deve proporcionar ao aluno o contato com os gêneros textuais, a fim de que ele possa se desenvolver como um cidadão letrado. Uma proposta pedagógica que assim se construir formará indivíduos capazes de, através do instrumento de comunicação de que dispõe, a língua, expressarem-se com autonomia e segurança na sociedade na qual estão inseridos, até porque o aluno não vai à escola aprender a falar português, mas procurar desenvolver habilidades linguístico-comunicativas, como falante que é. (Teixeira)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KRAEMER, Márcia Adriana Dias. *Gramática: um igapó estagnado à margem da língua?* Disponível em <http://letramagna.com/gramaticaigapo.pdf>. Acessado em 31/03/08.

SOBROZA, Lidiane Schlotefeldt. *Escola x Língua Padrão, Ideologia e Preconceito Linguístico*. Disponível em

## O ENSINO DE LÍNGUAS

<http://jararaca.ufsm/websites/l&c/download/Artigo/07-L&C-1S/L&C1s07-Lidiane.pdf>. (Acessado em 31/03/08)

SWANDER, Alex. A importância do conhecimento linguístico para o professor de língua portuguesa no processo de avaliação da produção textual de seus alunos. **In:** *IX Congresso Nacional de linguística e filologia*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2005, p. 23 a 29.

SWANDER, Alex. *A linguística funcional como suporte de releitura e desbravamento do texto*. Disponível em <http://www.paratexto.com.br/document.php?id=2660>

TEIXEIRA, José. *Os gêneros textuais e a língua materna: a sinopse no ensino da leitura e da produção textual*. Disponível em <http://www.paratexto.com.br/document.php?id=2533>. Acessado em 31/03/08.